



Heranças Africanas e Ensino de Geografia: uma proposta para enfrentar o racismo religioso nas escolas de Educação Básica

Alexia de Almeida Ramos¹
Profgeo - UERJ

Marcela do Nascimento Padilha²
Profgeo - UERJ

Resumo. O racismo religioso contra as religiões de matriz africana configura-se como uma manifestação do racismo estrutural brasileiro, cujas raízes remontam ao período colonial e à imposição de uma hierarquia racial e cultural. Este fenômeno reproduz-se no ambiente escolar, onde crianças e adolescentes adeptos do Candomblé, da Umbanda e outras tradições de matriz africana enfrentam violências simbólicas e físicas, resultando em conflitos identitários e no apagamento de suas heranças culturais. A presente pesquisa defende que o ensino de Geografia é um instrumento potente para o combate a esta chaga, dada a sua capacidade de analisar as relações sociedade-espaço e desvendar as dinâmicas de poder inscritas no território. Para enfrentá-lo, propõe-se a elaboração de um recurso educacional para docentes, fundamentado na Geografia Crítica, visando a uma educação antirracista. A conclusão sublinha que a efetividade desta abordagem depende intrinsecamente de uma formação docente qualificada, capaz de desnaturalizar estereótipos e promover um raciocínio geográfico crítico sobre a formação do espaço brasileiro.

Palavras-chave: Racismo Religioso; Ensino de Geografia; Formação Docente, Religiões de Matriz Africana; Educação Antirracista.

AFRICAN HERITAGE AND GEOGRAPHY TEACHING: A PROPOSAL TO TACKLE RELIGIOUS RACISM IN PRIMARY SCHOOLS

Abstract. Religious racism against African-based religions is a manifestation of structural racism in Brazil, whose roots date back to the colonial period and the imposition of a racial and cultural hierarchy. This phenomenon is reproduced in the school environment, where children and adolescents who practice Candomblé, Umbanda, and other African-based traditions face symbolic and physical violence, resulting in identity conflicts and the erasure of their cultural heritage. This research argues that the teaching of geography is a powerful tool for combating this scourge, given its ability to analyze society-space relations and uncover the power dynamics inscribed in the territory. To address this, we propose the development of an educational resource for teachers, based on critical geography, aimed at anti-racist education. The conclusion

¹ Mestra do Profgeo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: alexiaramos1405@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-3341-4595>

² Professora Titular do Instituto de Geografia e do Profgeo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: marcela.padilha@uerj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9849-3899>
Trabalho feito com o apoio financeiro do PROEB/Capes e da Faperj: Edital E_13/2023 - AUXÍLIO BÁSICO À PESQUISA (APQ1), processo: SEI-260003/005824/2024.

emphasizes that the effectiveness of this approach depends intrinsically on qualified teacher training, capable of denaturalizing stereotypes and promoting critical geographical reasoning about the formation of Brazilian space.

Keywords: Religious Racism; Geography Teaching; Teacher Training; African-based Religions; Anti-racist Education.

HERENCIAS AFRICANAS Y ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA: UNA PROPUESTA PARA HACER FRENTE AL RACISMO RELIGIOSO EN LAS ESCUELAS DE EDUCACIÓN BÁSICA

Resumen. El racismo religioso contra las religiones de origen africano se configura como una manifestación del racismo estructural brasileño, cuyas raíces se remontan al período colonial y a la imposición de una jerarquía racial y cultural. Este fenómeno se reproduce en el entorno escolar, donde los niños y adolescentes adeptos al candomblé, la umbanda y otras tradiciones de origen africano se enfrentan a violencias simbólicas y físicas, lo que da lugar a conflictos de identidad y al borrado de su herencia cultural. La presente investigación defiende que la enseñanza de la geografía es un instrumento potente para combatir esta lacra, dada su capacidad para analizar las relaciones entre la sociedad y el espacio y desvelar las dinámicas de poder inscritas en el territorio. Para hacerle frente, se propone la elaboración de un recurso educativo para docentes, basado en la geografía crítica, con el objetivo de lograr una educación antirracista. La conclusión subraya que la eficacia de este enfoque depende intrínsecamente de una formación docente cualificada, capaz de desnaturalizar los estereotipos y promover un razonamiento geográfico crítico sobre la formación del espacio brasileño.

Palabras clave: Racismo religioso; Enseñanza de la geografía; Formación docente; Religiones de matriz africana; Educación antirracista.

Introdução

As religiões de matriz africana desenvolvidas em nosso território, enfrentam, desde o início de suas práticas no Brasil Colônia, uma resistência por parte do colonizador. Esta pesquisa tem por objetivo apresentar uma possibilidade de enfrentamento ao racismo religioso nas escolas públicas no Ensino Fundamental II por meio do Ensino de Geografia. É uma proposta de material de apoio aos professores e às professoras de Geografia do ensino Fundamental para que possam embasar suas aulas.

Considerados pelos colonizadores como menos importantes, os povos africanos tiveram sua cultura e identidade quase destruídas pelos grupos dominantes; ao chegarem ao território brasileiro e serem escravizados, foram coibidos de expressarem sua cultura e religião, necessitando buscar alternativas para as suas prática religiosas e, como forma de resistência ao que lhes era imposto, ocorreu o processo de sincretismo religioso.

Segundo Lopes (2004, p. 623) o sincretismo é a “combinação, em um só sistema, de elementos de crenças e práticas culturais de diversas fontes”. Essa foi a forma possível para manter vivas as suas práticas ancestrais no novo território. Desde então, a discriminação vem se perpetuando, de geração em geração, e ganhando novos contornos, não menos cruéis. Essa prática, conhecida como racismo religioso, se reproduz no ambiente escolar gerando problemas de naturezas diversas e diferentes níveis de gravidade, tornando-se fundamental o combate a esse preconceito.

Entende-se aqui que buscar formas de combater o racismo religioso é também função da Geografia enquanto ciência e disciplina escolar que estuda, entre outras questões, as relações sociais que se desenvolvem no território. O território e suas territorialidades possuem especificidades que se desenrolam no espaço ali apropriado pelos diferentes povos que ali habitam e desenvolvem sua cultura. Assim, para compreender determinado território é preciso compreender a cultura que ali se desenvolveu.

A Geografia é a ciência do território, e o território é o melhor instrumento de observação do que está acontecendo no espaço geográfico. A África, a Educação Brasileira e a Geografia expõem a diversidade regional, as desigualdades espaciais, as potencialidades da natureza e a heterogeneidade

da população. Essa é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar os lugares e suas dinâmicas mais compreensíveis, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para as incongruências e incompatibilidades espaciais (ANJOS, 2005,167-168).

É no território que as diferentes territorialidades irão se desenvolver. Segundo Sack (1986) as territorialidades se desenvolvem por meio da forma como o povo se apropria e vivencia esse território, a forma como se identifica com esse espaço.

Nessa prospecção é possível identificar a importância da cultura no desenvolvimento do território e suas territorialidades. A cultura é uma forma de expressão de um povo, e a religião é parte da cultura. A religião tem influência marcante na cultura e marca sua posição dentro do território por meio de semiografias e símbolos, podendo demarcar de forma material ou imaterial.

Compreendendo os aspectos citados acima, podemos ressaltar que as religiões são pontos base fundamentais para o desenvolvimento da cultura, pois ditam regras e normas de comportamento, delimitam espaços, selecionam o que ou quem é profano ou sagrado. Portanto, ao determinar que certa religião não é sagrada e que suas práticas não são condizentes com as normas sociais, aniquila-se parte da cultura, promovendo o apagamento desses povos. Dessa forma o ensino de Geografia deve ser uma ferramenta/instrumento de combate ao racismo religioso por meio de práticas pedagógicas que apontem caminhos para a construção do conhecimento acerca da presença de culturas africanas no Brasil e para o desenvolvimento da tolerância e compreensão sobre condutas religiosas que divergem do status quo.

Para que se possam desenvolver as condições necessárias para o combate ao racismo religioso, é necessário entender a construção social criada para diminuir os povos africanos, o que vai resultar também numa disputa entre religiões. O principal balizador do racismo religioso no Brasil é o recorte de raça; não é possível empregar o termo intolerância religiosa se a base do preconceito contra as religiões de matriz africana é a questão racial.

A raça é a invenção que precede a noção de humanidade no curso da empreitada ocidental, o estatuto de humanidade empregado ao longo do processo civilizatório colonial europeu no mundo é fundamentado na destruição dos seres não brancos (RUFINO, 2019, p.09).

Dessa forma, torna-se impossível dissociar o tema intolerância religiosa de racismo, evidenciando a compreensão inquestionável e a importância obrigatória de se abordar essa temática no ambiente escolar. O racismo religioso direcionado às religiões de matriz africana passou a ser tipificado como crime, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.532 (BRASÍLIA, 2023). Essa legislação reconhece que o racismo religioso é crime no Brasil, equiparando-o às demais formas de discriminação previstas na Lei nº 7.716/1989, que pune atos de preconceito por raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Esse passo é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, respeitosa e tolerante. Essa transformação passa, necessariamente, pela educação, sendo um dos passos primordiais para que se alcance um futuro mais justo e digno para todas as pessoas.

É responsabilidade do educador em sala de aula combater qualquer tipo de preconceito. Para isso, é necessário que este possua um conhecimento crítico capaz de instigar nos estudantes a criticidade e a reflexão necessária para um aprendizado significativo. O educador deve estar consciente do que é o racismo religioso, reconhecer-se como um agente atuante e responsável pelo seu combate e comprometer-se com o seu próprio desenvolvimento pessoal e o de seus estudantes. Em "Pedagogia da Autonomia", Paulo Freire destaca a importância do professor enquanto ser comprometido com a criticidade e a reflexão sobre os conteúdos, para que estes possam despertar nos estudantes a curiosidade sobre o mundo e permitir-lhes agir de forma autônoma na sociedade.

É urgente lutar para a descolonização da sociedade, apresentando e valorizando os saberes que fogem ao poder hegemônico. O ambiente escolar é fundamental para a construção de uma sociedade que valoriza saberes ancestrais, que combate qualquer tipo de preconceito e forma cidadãos que estejam mais conscientes sobre os aspectos históricos que nos trazem a essas relações de poder.

Diante desse aspecto cabe também ao ensino de Geografia contribuir para a construção de uma sociedade que compreenda essas relações de poder dentro do território, desenvolvendo um raciocínio geográfico capaz de analisar e refletir sobre aspectos culturais, dos quais as religiões fazem parte.

O principal propósito da investigação consistiu na elaboração de um

recurso educacional focado na sensibilização de professores para enfrentar o racismo religioso nas escolas públicas do Ensino Fundamental II.

O corpus do trabalho, portanto, não reside em uma análise empírica de campo, mas sim na construção e fundamentação de uma proposta pedagógica. A sustentação teórica para essa construção metodológica baseou-se em dois pilares conceituais essenciais: os referenciais da Geografia Crítica e os pressupostos da Educação Antirracista. A articulação dessas áreas buscou conferir ao recurso educacional subsídios pedagógicos robustos, capazes de fomentar práticas docentes engajadas com o respeito e a valorização da diversidade religiosa no ambiente escolar.

Em termos procedimentais, a metodologia concentrou-se integralmente na etapa de fundamentação teórica e na estruturação didático-metodológica do recurso. Assim, o processo se desenvolveu por meio de uma exaustiva pesquisa bibliográfica e documental para a coleta, análise e síntese do arcabouço conceitual pertinente. O desenvolvimento do material didático, enquanto produto final, limitou-se à sua concepção, design e organização interna, não incluindo a fase de testagem ou validação empírica junto ao público-alvo, os professores. A finalização do trabalho, nesta etapa, representa a consolidação da proposta enquanto um instrumento teoricamente embasado e estruturalmente pronto para futuras aplicações e validações.

Neste estudo, não se abordam as especificidades das diferentes vertentes das religiões de matriz africana, pois tal análise demandaria um aprofundamento teórico que extrapola os objetivos desta pesquisa. A tradição oral, aliada à localização geográfica e à concentração dos povos africanos em diferentes regiões do território brasileiro, resultou em variações e singularidades nos cultos, configurando uma rica e complexa diversidade religiosa que merece investigação detalhada em outro momento. Aqui, o foco recai sobre o combate ao racismo religioso, considerando sua dimensão histórica e seu enfrentamento à luz dos direitos humanos e da legislação brasileira que assegura a liberdade de culto em todo o território nacional.

A urgência de combater o racismo religioso no ambiente escolar é inquestionável, pois a educação, conforme Paulo Freire, é um passo primordial para a construção de uma sociedade mais justa, respeitosa e digna. O ambiente escolar é um espaço fundamental para a descolonização da

sociedade e para a valorização de saberes ancestrais, atuando na formação de cidadãos conscientes sobre as históricas relações de poder.

Educação Escolar e Racismo Religioso

Segundo Castellar o raciocínio geográfico deve ser desenvolvido para que o indivíduo possa se apropriar do espaço onde vive não apenas por mero conhecimento ou memorização de seus aspectos físicos, mas por compreensão lógica do que se desenvolve nesse espaço, entendendo “ por que as coisas são como são e estão onde estão” (CASTELLAR, 2019).

Pensar geograficamente o espaço é fundamental para que o estudante compreenda o seu lugar no mundo e as relações sociais que se estabelecem nesse espaço. Compreender o mundo ao seu redor é um passo importante para que ele possa atuar e contribuir para as transformações necessárias para que tenhamos uma sociedade mais justa e igualitária.

Só é possível trabalhar o combate ao racismo religioso na escola por meio de uma base sólida de conhecimento para estabelecer o raciocínio necessário para que o estudante alcance de forma lógica a base desse tipo de racismo. Castellar propõe em seus estudos sobre ensino de Geografia um desenvolvimento e comprometimento contínuo do professor em relação ao conhecimento geográfico, ou seja, um desenvolvimento intelectual contínuo sobre as categorias e princípios geográficos de forma que estes se articulem com a realidade do estudante.

Esse aspecto é fundamental para a construção do conhecimento em torno das questões raciais. Para compreender o racismo religioso é fundamental retornar ao processo histórico de construção do conceito de raça desenvolvido no século XV por meio das grandes navegações, é necessário entender a apropriação do território brasileiro e como se desenrolaram as relações de poder, quais culturas foram difundidas para apropriação desse território e quais sofreram o processo de apagamento, para que tenhamos chegado no Brasil do século XXI, com todas os desafios que enfrentamos atualmente.

Por meio da construção desse raciocínio, é possível contribuir com o enfrentamento de diversos problemas sociais que atribulam a sociedade brasileira hoje. A categoria de território, por exemplo, nos oferece duas abordagens distintas e complementares neste contexto: uma perspectiva crítica, onde se

destacam as relações de poder, e uma perspectiva cultural, por meio da apropriação simbólica do território. Essas abordagens são fundamentais para a construção de um conhecimento antirracista, basilar para os estudantes.

Racismo religioso e Ensino de Geografia

De acordo com a lei 10.639/2003 é obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas disciplinas de história, artes e literatura do Brasil. Essa lei precisou ser implementada como um resgate a nossa história que foi apagada dos livros didáticos.

A Lei Federal 10.639/03, sancionada em 9 de janeiro de 2003, abriu caminhos para a educação antirracista no Brasil ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas de ensino fundamental e médio, tanto públicas quanto privadas. O objetivo é combater o racismo estrutural e valorizar a contribuição do povo negro para a formação da sociedade brasileira.

A lei inclui ainda a oficialização do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, no calendário escolar.

Esta dissertação apresenta como princípio um recurso educacional elaborado para os professoras/es da disciplina de Geografia do 8º ano do ensino fundamental como material de apoio para elaboração de aulas para o combate ao racismo religioso. A base utilizada para a elaboração do material para introdução ao conteúdo foi a grade curricular utilizada na cidade de Barra Mansa/RJ que tem como embasamento a Base Nacional Curricular Comum e o estudo de África ocorre no 4º Bimestre, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1:

Currículo de Geografia do 4º bimestre referente ao 8º ano do ensino fundamental da cidade de Barra Mansa/RJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Proposta Curricular do Ensino Fundamental Anos Finais – Geografia – 2025

GEOGRAFIA – 8º ANO – TRABALHAR AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS			
4º BIM	UNIDADE TEMÁTICA	OBJETO DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
	CONEXÕES E ESCALAS	Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial	(EF08GE09) Analisar os padrões econômicos mundiais de produção, distribuição e intercâmbio dos produtos agrícolas e industrializados, tendo como referência os Estados Unidos da América e os países denominados de Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).
		África: localização, quadro natural e regionalização. População, condições sociais e diversidade cultural. Urbanização e economia africana	(EF08GE11) Analisar áreas de conflito e tensões nas regiões de fronteira do continente latino-americano e o papel de organismos internacionais e regionais de cooperação nesses cenários.
	MUNDO DO TRABALHO	Os diferentes contextos e os meios técnico e tecnológico na produção	(EF08GE13) Analisar a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais da América e da África.
	NATUREZA, AMBIENTES E QUALIDADE DE VIDA	Identidades e interculturalidades regionais: Regiões polares: O Ártico e suas especificidades. Antártica: o continente congelado e a importância do PROANTAR para o Brasil	(EF08GE21) Analisar o papel ambiental e territorial da Antártica no contexto geopolítico, sua relevância para os países da América do Sul e seu valor como área destinada à pesquisa e à compreensão do ambiente global.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Barra Mansa/RJ

Vista a importância histórica e a contribuição do continente africano em diversas áreas para o desenvolvimento do nosso país, o estudo de África deveria ter maior enfoque tanto nos currículos escolares, no tempo para o desenvolvimento do conteúdo, de forma que este possa ser bem embasado e elaborado, quanto espaço nos próprios livros didático para o desenvolvimento do raciocínio geográfico.

O Brasil possui a segunda maior população negra do mundo e, segundo dados do censo de 2022, 55,5% da população brasileira se autodeclara negra, ou seja, como em país de maioria da população negra tem o estudo de sua história escondido, invisibilizado?

A manutenção da desinformação da população brasileira no que se refere ao continente africano continua sendo um entrave estrutural para uma real democracia racial no país. Não podemos perder de vista que, entre os principais obstáculos criados pelo sistema à inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira, está sua inferiorização pela precariedade da educação geográfico-cartográfica afro-brasileira, que reclama outra perspectiva no processo escolar. (ANJOS,2015, p.188).

Todos esses aspectos contribuem de forma contundente para que a população brasileira continue desconhecendo a sua própria história. Se você não conhece sua história, como se identificar com a sua ancestralidade? Esse

questionamento é importante porque por meio da busca por respostas é possível construir um retorno a sua identidade enquanto povo.

A escola pública com seu aspecto que se propõe a ser universalizante, abrangendo toda a população brasileira e que busca erradicar os níveis de analfabetismo, ainda tem um distanciamento, uma negligência e até uma rejeição em contar de forma honesta a história do nosso país. Esse viés passa por um pensamento europeu colonial que ainda permeia o ambiente escolar. É imprescindível a luta por uma escola que seja emancipatória, que produza seres críticos capazes de pensar a sociedade e usar o conhecimento adquirido para a melhoria da vida social.

Nessa prospecção descolonizar a educação é ação que nos insurge todos os dias para que pautas como a antirracista possam entrar em conjectura e ser posta em prática. “Descolonizar é um ato educativo que parte da capacidade de lutar incansavelmente pela dignidade existencial dos viventes, pela diversidade, e pelo caráter inconcluso das coisas” (RUFINO, 2021,p.36) . Descolonizar é retirar o pensamento colonial imposto a nós e nos centrarmos em uma história contada por nós. Nessa perspectiva a Geografia escolar pode promover uma análise do espaço brasileiro pelo viés de seu próprio povo.

A finalidade de ensinar Geografia para crianças e jovens deve ser justificada de modo a ajudar a formar raciocínios e conceitos mais articulados ou profundos a respeito do espaço. Trata-se de possibilitar aos alunos a prática de pensar os fatos e acontecimentos enquanto constituídos de múltiplos determinantes; de pensar os fatos e acontecimentos mediante várias explicações, dependendo da conjugação desses determinantes, entre os quais se encontra o espacial. A participação de crianças e jovens na vida adulta, seja no trabalho, no bairro em que moram, no lazer, nos espaços de prática política explícita, certamente será de melhor qualidade se estes conseguirem pensar sobre seus espaços de forma mais abrangente e crítica” (CAVALCANTI, 1998, p.24).

O conteúdo de Geografia a ser construído em sala de aula, deve estar atrelado a realidade do estudante essa contribuição é fundamental para o estabelecimento de uma base sólida para que este conhecimento possa se enraizar e ser posto em prática.

O ensino de Geografia, quando fundamentado em uma perspectiva crítica, apresenta-se como um instrumento pedagógico de grande relevância para a

compreensão e o enfrentamento dos complexos desafios da sociedade brasileira contemporânea. Esta disciplina, por sua natureza de analisar as relações entre sociedade e espaço, está singularmente posicionada para desvelar as estruturas que produzem e reproduzem as desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, Castellar (2019) salienta que a efetivação desse potencial exige um investimento sistemático na formação continuada de docentes e na produção intelectual, visando articular as categorias geográficas com a realidade concreta vivenciada pelos estudantes. Trata-se de superar uma abordagem descritiva e estática do espaço, em prol de uma geografia que problematize e interprete a dinâmica territorial.

Cumprido ressaltar que a dificuldade em implementar tal perspectiva não pode ser atribuída unicamente aos docentes da educação básica. É imperioso contextualizar sua atuação no cenário de precarização estrutural e de sucessivos ataques sofridos pela educação pública brasileira. Estes ataques, perpetrados por instituições em diversas esferas de poder, são frequentemente acompanhados por uma narrativa social amplamente difundida que estigmatiza o professorado, representando-o como uma ameaça aos valores sociais e familiares hegemônicos. Esta construção discursiva não é fortuita; integra um projeto político mais amplo de desmantelamento da educação pública e de manutenção da segregação social.

O acirramento do ódio direcionado aos educadores configura-se, assim, como uma estratégia de deslegitimação de sua função social. Uma população instrumentalizada por um ensino de Geografia crítico – capaz de decifrar os mecanismos de produção do espaço, a lógica da segregação urbana, a geopolítica dos recursos naturais e as injustiças ambientais – torna-se consciente de seus direitos e de sua capacidade de agência política. Conforme alerta Althusser (1970), os Aparelhos Ideológicos de Estado, como a escola, são territórios de luta pela hegemonia. Um povo crítico e articulado representa, de fato, um risco para a perpetuação de estruturas de poder arcaicas e excludentes, que há séculos usufruem do trabalho e da submissão da maioria da população. Portanto, defender um ensino de Geografia transformador e enfrentar os ataques à categoria docente são faces da mesma luta: a pela construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária.

Posto isto, é necessário que o educador esteja comprometido com seu desenvolvimento intelectual e com a ética pertinente a nós professores (a) que devemos estar comprometidos em combater os diversos preconceitos em nossa sociedade. Segundo Freire, “A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe” (1996, p.10). Não se mobilizar frente os desafios encontrados na sociedade brasileira, especialmente na atualidade, visto que os cidadãos se sentem confortáveis em discriminar as ditas minorias sem se preocupar com o rigor ou com a rejeição de parcela da sociedade sob o viés da liberdade de expressão.

A proposta aqui não é discutir a formação acadêmica do professor (a), mas sim ressaltar a importância de formação permanente (Freire,1996) para que possa atualizar seus conhecimentos, conhecer a realidade do estudante e dessa forma construir junto deste formas de conceber e atuar o mundo diante da realidade posta para nós. É necessário nessa concepção, dentro do assunto tratado nesta dissertação, conceber a história do país um resgate de África que implica em toda a construção do nosso território, porém mediante a realidade do estudante para que essa concepção faça sentido para este.

O recurso pedagógico surge da necessidade de combater o racismo religioso dentro das escolas por meio de um material de apoio ao professor (a). Esse material traz de forma sucinta o que é o racismo religioso e outras definições importantes que a seguir serão discorridas. Enfatizo aqui essa questão visto que é fundamental o interesse e a preparação do professor (a) diante deste tema e para isto é necessário conhecer o espaço em que a comunidade em que este atua adequando a sua realidade.

Diante da discussão proposta nos capítulos anteriores, construir no estudante a concepção de raça, a forma como a sociedade brasileira foi construída e apropriação do espaço, a construção do território, o entendimento da espacialização urbana dividindo cidade entre centro e periferia, permite uma análise do estudo do racismo religioso dentro do ensino de Geografia.

Como combater o racismo religioso dentro da disciplina de Geografia?

De acordo com Freire (1996) ensinar exige um comprometimento ético com o próprio desenvolvimento intelectual do professor, pois somente com o domínio

competente do conteúdo do que se ensina é possível desenvolver no estudante a curiosidade pelo mundo. Esse domínio, obviamente, não se refere a ter conhecimento sobre tudo, ato impossível diante da inconclusão da vida (Freire), mas diz respeito ao comprometimento do professor em se atualizar diante das demandas que surgem na sociedade atual.

O combate ao racismo é uma forma antiga de luta (Pinheiro, 2023) na sociedade brasileira e atualmente vem se destacando diante das lutas identitárias que vem ganhando voz ao longo das últimas décadas. O Movimento Negro Unificado é um desses exemplos. A ascensão de intelectuais negros em nossa sociedade, a importante política de cotas raciais (Lei n. 12.711/12) fundamental para que a população negra adentrasse as universidades, foram medidas fundamentais para a uma mudança no rumo da sociedade.

Dentro do desenvolvimento escolar a cultura afro-brasileira foi relegada a escanteio por décadas. As importantes personalidades negras que contribuíram para a nossa cultura, quanto a cultura africana fundamental para a formação do nosso território foram escamoteadas pelas ideias coloniais e pela branquitude³. A formação docente necessita estar atualizada e disposta a ter um compromisso ético para combater os desafios da realidade brasileira.

Segundo Pinheiro:

A escola é um complexo social fundamental no processo de transformação da realidade social; ela é influenciada pelo sistema, ao passo que, em contrapartida, também o influencia, uma vez que forma as pessoas que vão ocupar e ajudar a construir todas as demais instâncias sociais. (PINHEIRO, 2023, p.147)

O racismo religioso, termo ainda não muito aceito por parte da população que por sua vez nem aceita a existência do racismo, torna-se um tema importante pois como dito anteriormente é uma forma negar a existência da influência africana em nosso território.

Discriminar uma pessoa ou um espaço pelo aspecto religioso já é por si só um ato terrível, quando essa discriminação passa a ter como base a raça isso se

³ - Segundo Pinheiro o termo branquitude não se refere as

peças em suas singularidades; trata-se de uma categoria social, que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade onde o racismo é estrutural. P.40.

torna ainda pior. É isso que caracteriza o racismo religioso. Portanto, lutar contra o racismo e todas as suas nuances é um compromisso ético do professor. Dentro do ensino de Geografia em diversos currículos estudamos a formação do território brasileiro, o que nos remete aos estudos do processo de escravização que durou séculos em nosso país, também estudamos sobre a formação da população brasileira, suas características e também estuda-se o continente africano.

Nessa perspectiva é possível trabalhar de diferentes formas a questão racial no Brasil. A proposta deste recurso educacional é propor um material que auxilie o professor a trabalhar esse conteúdo com seus estudantes.

Dentro da lei 10.639/2003 sobre a obrigatoriedade do ensino de África em todo território nacional, com a aplicação da BNCC dentro da proposta curricular do 8º ano do ensino fundamental é possível trabalhar o combate ao racismo religioso.

A proposta curricular das instituições de educação, prefeituras, governos do estados, devem ser analisadas pelo docente com critérios e estudadas para que se possa adequar ao conteúdo que será trabalhado em sala de aula.

A proposta não é fazer uma análise curricular e sim apresentar possibilidades, dentro do currículo de Geografia, para a introdução do tema racismo religioso.

Combater o racismo religioso parte do pressuposto de descolonização da educação. Em uma educação construída e definida pelo pensamento colonial, exaltar o que vem do não europeu é contar um outro lado da história. E a Geografia enquanto ciência e disciplina escolar apresenta essa possibilidade, mesmo que ainda seguindo com o currículo proposto pelas instituições governamentais, com o compromisso do professor (a) em realmente propor uma educação que seja libertadora.

(...) estudar Geografia deve ser um movimento de colocar-nos diante do mundo, com um olhar que nos permite compreender a dinâmica dos lugares, suas paisagens, seus territórios, sua configuração territorial, seus sistemas locacionais etc. O estudo da Geografia, portanto, permite-nos compreendê-las a partir das relações sociais de produção, das ocupações e, por meio da leitura dos lugares, interpretar as espacialidades da organização do espaço geográfico. Isso significa potencializar um olhar diferente para as coisas, um olhar geográfico” (CASTELLAR, 2019, p.10)

Construir um olhar geográfico sobre a realidade para os estudantes é oportunizar uma nova leitura de mundo, no qual este se vê como protagonista e

agente da/na sociedade. Observar seu espaço e poder compreender como as relações ali se desenvolvem é fundamental para tal mudança. Por meio desse conhecimento, analisar o espaço e enxergar os terreiros de matriz africana e entender suas funcionalidades em nossa sociedade é importantíssimo para construção de uma sociedade mais respeitosa.

O ambiente escolar, concebido idealmente como um lócus de socialização, transmissão de saberes e formação para a cidadania, frequentemente se revela como um espelho das assimetrias e violências que permeiam a sociedade brasileira. Dentre estas, o racismo religioso configura-se como uma chaga social de profundo impacto, particularmente sobre crianças e adolescentes adeptos de religiões de matriz africana. Este fenômeno, longe de ser um mero episódio de intolerância, é uma manifestação específica do racismo estrutural, que opera pela desvalorização sistemática de cosmovisões, símbolos e práticas culturais vinculadas à população negra. A análise deste fato social é, portanto, relevante para a compreensão dos mecanismos de exclusão no espaço educativo e para a construção de estratégias eficazes de superação.

O racismo religioso não se resume a ataques frontais ou à negação do direito de culto. Suas expressões são frequentemente sutis, incrustadas no cotidiano escolar. Manifesta-se pela ridicularização de vestimentas, adornos e nomes de origem africana; pela associação pejorativa de entidades sagradas, como os orixás e voduns, a figuras demoníacas; pela invisibilização ou pelo tratamento folclórico dessas tradições religiosas nos currículos de História, Literatura e Artes; e pela naturalização de piadas e estereótipos que inferiorizam suas e seus seguidores. Conforme assinala Munanga (2004), o racismo à brasileira opera frequentemente por via da diferença, hierarquizando culturas e estabelecendo uma suposta superioridade da cosmovisão cristã. Nesse contexto, as religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, são sistematicamente colocadas em um patamar de inferioridade em relação ao catolicismo e a denominações evangélicas.

O impacto dessas experiências sobre a subjetividade discente é devastador. Crianças e jovens pertencentes a esses grupos religiosos são levados a vivenciar um conflito identitário profundo, podendo desenvolver sentimentos de vergonha, medo e inadequação. A escola, que deveria ser um espaço de acolhimento e afirmação de identidades, transforma-se em um

ambiente hostil, onde a sua fé e herança cultural são constantemente negativadas. Esse processo de anulação contribui para a internalização do preconceito, podendo levar ao abandono de práticas religiosas familiares como estratégia de sobrevivência psíquica e social, configurando o que alguns autores denominam de "epistemicídio" – a aniquilação de saberes e formas de conhecimento não hegemônicos (GROSFOGUEL, 2016).

Combater o racismo religioso nas escolas transcende, pois, a mera promoção da tolerância. Trata-se de uma exigência ética e jurídica, amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que prevê o pluralismo de ideias e o respeito à liberdade como princípios do ensino, e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que determinam a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. O enfrentamento a esta chaga requer uma atuação multifacetada.

Primariamente, é imperativa a formação continuada de docentes e gestores para a compreensão do racismo religioso como uma dimensão do racismo estrutural, capacitando-os a identificar e intervir em situações de discriminação. Em segundo lugar, a revisão dos currículos e materiais didáticos é urgente, de modo a incluir, de forma transversal e não apenas em datas específicas, a contribuição civilizatória dos povos africanos e a centralidade das religiões de matriz africana na formação histórica e cultural do Brasil, tal como preconiza a Lei 10.639/03.

Por fim, a criação de espaços de diálogo e a valorização positiva da diversidade religiosa no projeto político-pedagógico da escola são fundamentais. Isso implica celebrar as festas, a música, a culinária e os saberes dessas tradições, conferindo-lhes a mesma dignidade e respeito dispensados a outras expressões religiosas. A escola deve se posicionar de forma ativa na desconstrução de estereótipos, promovendo uma educação antirracista que enfatize a riqueza da diversidade cultural e religiosa brasileira como um patrimônio a ser preservado e não como um problema.

Em síntese, o racismo religioso nas escolas é um grave violador de direitos humanos e um obstáculo à efetivação de uma educação democrática e emancipatória. Seu combate exige uma ruptura com a lógica monocultural que ainda impera no ambiente educativo, demandando uma ação pedagógica

intencional, permanentemente informada pelo marco legal e pelos estudos das relações étnico-raciais. Somente através de um compromisso coletivo e institucional com a valorização das diferenças e o repúdio a toda forma de discriminação será possível transformar a escola em um território verdadeiramente livre e acolhedor para todas as infâncias e juventudes.

Possibilidades de aulas para se abordar o racismo religioso

Como afirma Damasceno et.alli. (2022, p. 18), para que professores e estudantes possam promover uma educação antirracista, é necessário que suas ações sejam estruturadas a partir de três eixos: a consciência política e histórica da diversidade; o fortalecimento de identidades e direitos; e ações educativas de combate ao racismo e às discriminações.

Seguindo estes princípios, para abordar o combate ao racismo e à intolerância religiosa de forma prática e contextualizada nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental II, o professor pode implementar uma série de atividades. Inicialmente, sugere-se o mapeamento de terreiros de religiões de matriz africana, focando no entorno imediato da escola ou do bairro. Esse mapeamento pode ser complementado por uma pesquisa quantitativa para estimar o número de adeptos dessas religiões na própria comunidade dos estudantes, vinculando a religiosidade ao espaço geográfico e à demografia local.

Em seguida, o trabalho pode se aprofundar com a pesquisa e apresentação de trabalhos em grupo sobre as características históricas, geográficas e culturais das religiões afro-brasileiras. Uma atividade essencial é a realização de entrevistas com adeptos dessas religiões, pautadas em perguntas sobre racismo religioso elaborado pelos próprios estudantes, estimulando a escuta ativa e o respeito.

Outras ações importantes incluem a visita a Quilombos, caso existam nas proximidades e haja a possibilidade de visitação, conectando a luta pela terra e pela identidade à resistência religiosa e cultural. O projeto culmina em atividades de conscientização sobre o racismo religioso, que devem ser elaboradas pelos próprios estudantes para serem desenvolvidas no ambiente escolar. Além disso, é sempre enriquecedor convidar palestrantes que atuem diretamente com o tema para compartilhar suas experiências e conhecimentos. Por fim, recomenda-se

uma pesquisa sobre o culto aos Orixás na África, estabelecendo as raízes geográficas e históricas das tradições.

Essas são apenas algumas sugestões de aulas que o professor de Geografia pode aplicar para promover uma educação antirracista e de respeito à diversidade religiosa. Que podem ser resumidas nos seguintes tópicos:

- 1- Mapeamento de terreiros de religiões de matriz africana no entorno da escola ou bairro.
- 2- Pesquisa quantitativa sobre adeptos das religiões de matriz africana em sua própria comunidade.
- 3- Pesquisa e apresentação de trabalho em grupo sobre as características das religiões afro-brasileiras.
- 4- Entrevistas com os adeptos das religiões de matriz africanas sobre racismo religioso com perguntas elaboradas pelos próprios estudantes.
- 5- Visitas a Quilombos, caso existam nas proximidades e seja possível a visitação.
- 6- Atividades de conscientização sobre o racismo religioso, elaboradas pelos estudantes, para serem desenvolvidas na escola
- 7- Convidar à escola palestrantes que atuem com o tema.
- 8- Pesquisa sobre o culto aos Orixás em África.

Essas são apenas algumas sugestões de aulas para as professoras e professores trabalharem o tema.

Foi elaborado, também, um e-book para dar apoio às aulas sobre racismo religioso. Em breve ele estará disponível na plataforma Educapes sob o título: “Material de apoio às aulas de Geografia do Ensino Fundamental II voltado para o enfrentamento do racismo religioso no Ensino Fundamental II” (Figura 2). Ele ainda não teve sua aplicabilidade concluída, porém, diante das pesquisas realizadas e do interesse em combater o racismo religioso, é importante destacar sua relevância pedagógica e social.

O material teve como foco os/as professores/as de Geografia, considerando que a ocupação do território envolve disputas de poder tanto espaciais quanto simbólicas. Assim, para que o combate ao racismo religioso se fortaleça, é essencial que os/as docentes estejam formadas/os e sensibilizadas/os para abordar o tema em sala de aula.

O recurso oferece caminhos e subsídios para a aplicabilidade do tema, apresentando uma fundamentação teórica consistente, imagens elucidativas que favorecem a compreensão, referências legais que sustentam a abordagem em contexto educacional e propostas de aulas que viabilizam o trabalho com o tema de forma interdisciplinar. Além disso, o material destaca personalidades negras de reconhecimento nacional, premiadas em suas áreas de atuação e assumidamente praticantes de religiões de matriz africana, evidenciando que pessoas de diferentes profissões e posições sociais ocupam espaços de relevância na sociedade brasileira.

Figura 2 :

Capa e índice do e-book.



Fonte: Elaboração própria.

Esse viés é essencial para a valorização das raízes afro-brasileiras, pois a visibilidade dessas figuras públicas atua como um espelho positivo, legitimando a importância da autoafirmação, do respeito e da elevação da autoestima. Essa representatividade contribui para que mais adeptos sintam-se encorajados a se autodeclarar praticantes e para que o respeito às religiões de matriz africana se amplie no espaço social e escolar.

Compreendendo melhor o tema, o (a) professor (a) pode utilizar o material para construir aulas integradas ao currículo da instituição em que atua. O recurso apresenta algumas sugestões didáticas iniciais, mas sua proposta é inspirar novas possibilidades, de acordo com a realidade, criatividade e autonomia docente.

A aplicabilidade do recurso educacional foi planejada para uma abordagem voltada ao 8º ano do Ensino Fundamental, contudo, de acordo com o tema curricular a ser desenvolvido, o(a) professor(a) pode adaptá-lo a outras séries da Educação Básica. Trata-se de um material com potencial de utilização em todas as etapas e modalidades de ensino, especialmente em instituições comprometidas com o combate ao racismo religioso e com a promoção da diversidade cultural e do respeito às diferenças.

Diante do exposto, os resultados esperados envolvem a promoção de uma colaboração efetiva entre orientadores educacionais e pedagógicos, diretores escolares, professores(as) e demais profissionais da educação, no sentido de consolidar um comprometimento coletivo com uma educação emancipatória e libertadora. Espera-se que esse processo contribua para que os estudantes desenvolvam a capacidade de refletir criticamente sobre o processo histórico brasileiro, a formação e apropriação do território, e o desenvolvimento das territorialidades, compreendendo como esses elementos se manifestam e se expressam simbolicamente no espaço geográfico.

Almeja-se, ainda, que os educandos sejam capazes de agir de forma cidadã, contribuindo para a construção de uma sociedade justa, igualitária e respeitosa, que valorize a diversidade religiosa, a liberdade de crença e o cumprimento das leis vigentes. Que possam também reconhecer e afirmar suas identidades, compreendendo criticamente uma história muitas vezes contada de maneira distorcida, e, a partir do conhecimento, atuar ativamente na transformação social em direção a uma nova sociedade mais consciente e inclusiva.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que o racismo religioso contra as religiões de matriz africana constitui um problema social

profundo, enraizado no processo histórico de colonização e na persistência do racismo estrutural na sociedade brasileira. Esta pesquisa partiu do pressuposto de que o ambiente escolar, frequentemente espelho dessas assimetrias, é um lócus privilegiado para o seu enfrentamento, e que o ensino de Geografia, pela sua natureza de analisar as relações sociedade-espaço, possui um potencial singular para essa tarefa.

A investigação demonstrou que a resistência enfrentada por essas religiões desde o período colonial forjou estratégias de sobrevivência, como o sincretismo, e consolidou os terreiros como territórios de (re)existência cultural e simbólica. Compreender estes espaços para além do sagrado, como territórios historicamente construídos e portadores de uma relação simbólica fundamental entre o grupo e seu espaço, é um passo essencial para desvelar as dinâmicas de poder que os marginalizam. A violência dirigida a eles e a seus adeptos não se configura como mera intolerância, mas como racismo religioso, um conceito que explicita a base racial desse preconceito, articulando-se ao dispositivo de racialidade que hierarquiza as relações sociais.

Perante este cenário, a presente pesquisa cumpriu seu objetivo central ao elaborar e fundamentar uma proposta de combate a esta chaga por meio do ensino de Geografia no Ensino Fundamental II. A construção de um recurso educacional, sob a forma de um e-book para docentes, materializa a aplicação prática do arcabouço teórico discutido, que se alicerçou nos pilares da Geografia Crítica e da Geografia Cultural, em diálogo com os pressupostos da Educação Antirracista e do pensamento decolonial.

Conclui-se, portanto, que a Geografia escolar, quando articulada a um compromisso ético e político com a descolonização dos saberes, pode ser uma ferramenta poderosa para: 1. Desnaturalizar estereótipos: Ao incluir de forma transversal e crítica a história e a cultura afro-brasileira, conforme determinam as Leis 10.639/03 e 11.645/08, a disciplina permite desconstruir as representações pejorativas e folclóricas sobre as religiões de matriz africana; 2. Promover o raciocínio geográfico: A análise do território sob a ótica das territorialidades sagradas e dos conflitos religiosos permite aos estudantes compreender como as relações de poder se materializam no espaço, desenvolvendo uma leitura crítica da realidade; 3. Valorizar a diversidade: Ao estudar os terreiros como territórios de cultura e resistência, o ensino de Geografia contribui para a formação de uma

postura de respeito e valorização da diversidade religiosa como patrimônio nacional.

A eficácia desta proposta, contudo, está intrinsecamente ligada à formação continuada dos educadores, dotando-os de repertório teórico e segurança para abordar o tema, e ao compromisso institucional das escolas em incorporar a educação para as relações étnico-raciais em seu projeto político-pedagógico. A transformação da escola em um território verdadeiramente acolhedor e livre de discriminação é um imperativo para a construção de uma cidadania plena e de uma democracia substantiva, onde a liberdade de crença seja, de fato, uma experiência vivida por todos.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 19, n. 2, p. 374-390, jan./abr. 2015. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102810> > Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acessado em 15 de out 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella (Org.). **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2019.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. **Raciocínio geográfico e a teoria do reconhecimento na formação do professor de geografia**. Revista Signos Geográficos, Goiânia, v. 1, p. 1-20, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Ensino de Geografia e Diversidade: construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino.** In: CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella (Org.). Educação geográfica: teorias e práticas docentes. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-89.

GROSGOUEL, Ramón. **A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: Racismo/Sexismo Epistêmico e os Quatro Genocídios/Epistemicídios do Longo Século XVI.** Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana.** São Paulo: Selo Negro, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia.** In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2003, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: PENESB, 2004. p. 15-34.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda: educação e descolonização.** Rio de Janeiro: Mórula, 2021.